

**IMPrensa, HISTÓRIA E MEMÓRIA:
DA UNICIDADE DO PASSADO ÀS OUTRAS HISTÓRIAS***

Laura Antunes MACIEL*

Resumo: Neste artigo, examino maneiras, espaços e o intenso investimento em lembranças e comemorações promovido em 1908 em torno das ‘origens’ e do ‘desenvolvimento’ da imprensa no Brasil, através dos quais uma escrita da história foi produzida, ganhou centralidade e reconhecimento público. Analiso o percurso de produção de algumas interpretações historiográficas, evidenciando seus compromissos políticos e escolhas empíricas e avalio os modos pelos quais se transformaram em obras de referência, no interior das celebrações do bicentenário da imprensa em 2008. Problematizando os marcos de memória que ajudaram a instituir, aponto invisibilidades e consensos que produziram na história da imprensa e no interior de instituições de preservação da memória nacional.

Palavras-chave: memória, história da imprensa, fontes históricas

**PRESS, HISTORY AND MEMORY:
FROM THE UNICITY OF THE PAST TO OTHER HISTORIES**

Abstract: In this article, I examine ways, places and the intense investment in remembrances and celebrations promoted in 1908 and based in the “origins” and “development” of the press in Brazil through which a writing of history was produced, gaining centrality and public recognition. We analyze the course of production of some historiographical interpretations, showing its political and empirical choices. So, I rate the ways they have become works of reference, within the celebrations of the Press bicentenary in 2008. I also question the landmarks of memory that helped set up the press, pointing invisibilities and consensus that it produced in the press history and within institutions that preservation of the national memory.

Keywords: Memory, Press History, Historical Sources.

* Laura Antunes Maciel é Doutora, professora da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro- RJ – Brasil. E-mail: lauramaciel@uol.com.br

O argumento central de Raphael Samuel em “Teatros da Memória” propõe que a memória não é um simples “receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de imagens do passado”; ao contrário, a memória é “uma força ativa, que molda, que é dinâmica (...) e dialeticamente relacionada ao pensamento histórico”. Samuel já argumentava em 1994, não apenas que “a memória é historicamente condicionada”, como ela “porta a marca da experiência” e assim como a história, a memória “é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual”.¹ As reflexões do Grupo Memória Popular chamam a atenção para o fato de que “toda atividade política é intrinsecamente um processo de argumentação e de definição histórica” e que os processos de “dominação política, envolvem definição histórica”, e nos alertam para atentar não para o passado em si mesmo mas para o quê dele tem “existência ativa no presente”, para as disputas travadas cotidianamente em torno de qual passado queremos preservar, modificar ou rejeitar no presente. Portanto, se “memórias do passado são (...) um tipo de geologia, sedimentação seletiva de vestígios do passado” os profissionais da história não podem minimizar o “significado político da história” e as maneiras pelas quais “um argumento histórico opera como uma força política.”²

Pensar a memória social com esta perspectiva implica considerá-la, como qualquer experiência humana, um “campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais”.³ Questão central é a de buscar a compreensão dos processos históricos de formação da consciência social do passado, evidenciando disputas em torno do quê lembrar ou esquecer e dos significados do passado no presente, em diferentes temporalidades. Partilhando essa compreensão sobre a relação entre memória e história e a convicção de que o “direito ao passado constitui uma das dimensões fundamentais da plena cidadania”,⁴ proponho refletir sobre como lidamos com os registros da memória social que são objeto de nossa atividade profissional. Considerando, ainda, que a memória desempenha papel crucial no interior dos mecanismos de poder e se explicita também nas disputas em torno de quais experiências sociais são consideradas dignas de integrar, com legitimidade, um passado comum e de compor o acervo historiográfico a partir do qual é possível ampliar e alterar a interpretação histórica e política da sociedade, gostaria de abordar algumas questões que dizem respeito aos diferentes esforços para organizar uma memória da imprensa brasileira, no singular.

Com essa intenção procuro explorar neste texto algumas questões em torno da constituição de acervos e obras de referência para o estudo da imprensa, problematizando como os seus esquecimentos e ênfases ajudaram a definir visibilidades e invisibilidades na história da imprensa e no interior de instituições de pesquisa. Tomando como ponto de partida a compreensão de que o conhecimento é socialmente produzido e é também histórico – pois carrega as tensões e contradições do tempo social e dos sujeitos que o produzem –, procuro refletir sobre como se constituiu e desenvolveu uma ‘história da imprensa brasileira’, quais memórias ela instituiu e legitimou como “históricas” e, também, quais os ocultamentos e esquecimentos que produziu ao longo do tempo.

Produzindo a ‘história da imprensa’: seleções e omissões

Podemos acompanhar, desde o século XIX, diferentes iniciativas para formar coleções de periódicos, investimentos em pesquisa e compilação de informações sobre o jornalismo e a imprensa, visando a constituir sua ‘história’. A partir de 1865 com “Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro”, elaborado por Manoel Duarte Moreira de Azevedo e publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi se constituindo um padrão que se caracterizou pelo inventário das ‘origens’ dos meios de comunicação, a confecção de listas de títulos de jornais e revistas surgidos ano após ano e a identificação de seus ‘fundadores’, produzindo uma genealogia dos meios apartados da realidade social no interior da qual eles se constituíram e atuaram.

Lembrando seletivamente momentos e personagens considerados marcantes, esse estudo já delinea um padrão que se constituiria como marca registrada e acabou por traçar uma história evolutiva da imprensa – em termos de tecnologias e linguagens –, entronizando alguns periódicos, omitindo ou minimizando a importância de outros. A forma como Manoel Duarte Moreira de Azevedo se refere à criação do *Jornal dos Tipógrafos* por compositores das folhas diárias cariocas, durante uma greve em 1858, fornece alguns indícios nesse sentido. Assumindo o ponto de vista dos proprietários dos jornais diários, ele qualifica a paralisação como uma “deserção” das oficinas, articula os argumentos dos patrões contra a greve, para concluir que três meses após o retorno dos compositores ao trabalho “já não existia o periódico criado por eles”.⁵

O ano de 1908 constituiu momento privilegiado para investir na reconstrução seletiva desse passado por ocasião do “primeiro centenário da imprensa periódica no Brasil”. Uma série de eventos “de caráter essencialmente histórico”, foi proposta por iniciativa de Max Fleiuss e Alfredo de Carvalho, respectivamente o primeiro secretário perpétuo e o 2º Secretário do IHGB, responsáveis também pela coordenação da Comissão Organizadora destinada a celebrar tão “condigna data” e lembrar fato “tão memorável”. O extenso programa das comemorações incluiu a montagem de uma “Exposição de todos os jornais publicados no Brasil, no século decorrido de 1808 a 1907”; a “Publicação de uma monografia, ou memória histórica sobre a gênese e os progressos da imprensa periódica no Brasil” e de um “Catálogo metódico de todos os espécimes, ou coleções que figurarem na Exposição”, além da cunhagem de uma medalha comemorativa.

Mobilizando jornalistas, intelectuais, colecionadores e historiadores em todo o país, a Comissão organizadora e o IHGB elegeram responsáveis, em cada um dos estados brasileiros, para selecionar os jornais e revistas dignos de integrar a exposição e figurar nos respectivos catálogos, deliberando por excluir quaisquer “outras publicações”. Mesmo sem indicar claramente os critérios para a inclusão/exclusão de títulos na exposição e nos catálogos, parece claro que a Comissão não se orientou pela tentativa de mostrar a diversidade de publicações, nem dos grupos editores de periódicos e, menos ainda, exibir a pluralidade nos modos de fazer jornalismo e a expansão dos públicos leitores ao longo do século.

A Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Imprensa no Brasil, montada no interior da Exposição Nacional de 1908, exibiu “mais de quinze mil espécimes” dos 25000 jornais que reuniu, mas não incorporou sequer um exemplar das centenas de pequenas folhas editadas país afora. O Catálogo “metódico de todos os espécimes, ou coleções que figurarem na Exposição”, organizado a partir dos dados reunidos por uma rede de colaboradores nos estados,⁶ também deixou de incluir qualquer evidência da existência de periódicos críticos, de humor, ou publicado por grupos e categorias específicas de trabalhadores, entre os jornais e revistas que circularam no Brasil naqueles primeiros cem anos. Por certo, os organizadores avaliaram que esta imprensa não se coadunava com o espírito das comemorações projetadas para marcar a passagem dos cem anos da “abertura dos portos às nações amigas” e, menos ainda, às homenagens nem às “letras pátrias” e aos pais fundadores da imprensa nacional. Os mesmos que, cem anos depois, causariam dificuldades para reunir empresários e jornalistas nas comemorações do bicentenário da imprensa.⁷

Em meio ao ufanismo dos testemunhos produzidos em 1908 alguns comentários indicam que não houve a unanimidade e consagração buscados pelo IHGB. Apesar da adesão dos poderes públicos, da imprensa, colecionadores e diretores de bibliotecas em todo o país, os organizadores da exposição teriam enfrentado “o indiferentismo de muitos, a má vontade de outros, a inércia de mais alguns”. Ainda assim, conseguiram mobilizar instituições e pessoas que cederam suas coleções de periódicos, algumas das quais mereceram destaque e lembrança, em função do número de exemplares oferecidos:

“a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, o Estado do Amazonas, a quem o coronel João Batista de Faria e Souza cedeu a sua riquíssima coleção; o Estado do Paraná, a Biblioteca Fluminense, o Arquivo Público Mineiro, a Imprensa Nacional, o Dr. Manoel de Mello Cardoso Barata (o mais cuidadoso bibliófilo que conhecemos), a Biblioteca da Marinha, o Dr. João Baptista Perdigão de Oliveira e a Biblioteca Municipal. O próprio Instituto Histórico também concorreu com exemplares magníficos.”⁸

A Biblioteca Nacional aparece como o apoio mais significativo às comemorações não apenas por ceder o maior número de exemplares expostos mas, também, pela atuação, por meio de seu diretor, na revisão dos catálogos parciais enviados dos estados, organização de referências onomásticas e de um “quadro esquemático” da imprensa brasileira, em conjunto com Max Fleiuss. Porém, já era perceptível a crescente importância de colecionadores particulares, no início do século XX, como proprietários e responsáveis pela formação de coleções de periódicos, comprovada pelos recorrentes agradecimentos e comentários elogiosos à atitude colaborativa de alguns deles.

Algumas poucas pistas nos permitem flagrar justificativas para a seleção e guarda de periódicos por esses colecionadores e, principalmente, para a definição de critérios para a preservação da memória da imprensa brasileira em instituições públicas: o caráter de “raridade” de alguns títulos, a “excepcional relevância” de outros em função de seu ‘gênero’ ou ‘modalidade’ e, ainda, o caráter de “reliquia histórica” que alguns veículos iam adquirindo, em função da antiguidade do início de sua publicação. Arrumados por grupos de expositores e estados, os jornais teriam causado muito boa impressão ao público e autoridades, cumprindo a função de exibir a opulência do nosso jornalismo “salientando não só o nosso lado intelectual, mas

também o material”. Acima de tudo, mostrou a própria imprensa como “fomentadora, a defensora, a preconizadora insuprível de todos os melhoramentos industriais e artísticos que opulentam a Exposição” Nacional.⁹

Por sua vez, a “monografia, ou memória histórica sobre a gênese e os progressos da imprensa periódica no Brasil” elaborada por Alfredo de Carvalho, saudado por Max Fleiuss como um “prestimoso bibliógrafo e estimável homem de letras” foi publicada no mesmo número especial da revista do IHGB dedicado à comemoração dos 100 anos da imprensa brasileira “um monumento erigido à bibliografia do Brasil”.¹⁰ Encadeando testemunhos e análises anteriores que reivindicam para o Recife e os holandeses a primazia na montagem da primeira tipografia e publicação de impressos na colônia, Carvalho faz um contorcionismo factual para encerrar esse debate concordando que, apesar das tentativas, não existiriam ‘provas cabais’ que atestassem essa ‘verdade’. Segundo ele, cabia ao Rio de Janeiro o lugar de ‘nascimento’ da imprensa nacional com a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um desdobramento da “transmigração forçada” da Corte portuguesa e da criação da Imprensa Régia. Porém, tendo que escolher entre o nascimento do “primeiro jornal que teve o Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*” a 10 de setembro de 1808 que “nenhuma ou quase nenhuma influência exerceu (...) limitando-se à publicação dos atos oficiais e à transcrição de notícias estrangeiras”, e o decreto de criação da *Imprensa Régia* e o “primeiro produto da nova oficina”,¹¹ Carvalho optou pelo segundo, reafirmando o 13 de maio de 1808 como o marco de origem da história do periodismo no país, atrelando-o à família real e à monarquia portuguesa.

Ironicamente, os organizadores das comemorações que buscavam consagrar os cem anos da imprensa como um “valioso instrumento de liberdade” assumiam como marcos inaugurais um ato do poder e da censura. Demorou um século para que uma parcela da mídia percebesse esse ‘equivoco’ e ‘corrigisse’ o calendário histórico alterando o ‘dia da imprensa’ de 13 de maio – agora visto como a celebração de “um jornal oficial, preparado pela Corte portuguesa que acabava de se instalar no Brasil” – para 1º de junho, “em homenagem ao início da circulação do *Correio Braziliense*, editado em Londres pelo exilado brasileiro Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça” supostamente “um jornal de idéias e de combate”.¹² De novo uma tentativa de “copidescar a história” por meio de “providências oficiais” visando a preparar o terreno para mais cem anos de história da imprensa. Desta vez, houve quem identificasse os patrocinadores, as intenções nessa tentativa de “troca [de] um jornal

do governo por um jornal vendido ao governo” e lembrasse de muitos outros candidatos a patrono da imprensa livre:

“Se [a imprensa] não gostava da homenagem à folha da Coroa portuguesa, que escolhesse um dia em que o jornalismo de fato triunfou sobre a servidão - e há muitos em nossa história, como, por exemplo, na biografia de grandes jornalistas do porte de Antonio Borges da Fonseca, que nasceu coincidentemente junto com a Gazeta, em 1808 e, perseguido pelos poderosos, declarava-se na polícia: "Eu sou inimigo do rei". Borges da Fonseca, sim - como Frei Caneca e Cipriano Barata - foi um jornalista independente, liberal e republicano. Cipriano Barata foi líder da Conjuração dos Alfaiates, em 1798, e Frei Joaquim do Amor Divino Rebelo Caneca, ideólogo da Confederação do Equador, em 1824, quando surgiu o primeiro programa de liberdade de imprensa no País.”¹³

Retomando o percurso de produção de memória em 1908, vale mencionar as fontes utilizadas por Carvalho – estudos realizados por outros historiadores e catálogos organizados por bibliotecários da Biblioteca Nacional –, por meio dos quais ele arrolou os ‘progressos’ ou o ‘desenvolvimento’ da tipografia, da imprensa e dos processos gráficos – avaliados em números de oficinas e títulos – por todo o país, elaborando uma historiografia em molde evolutivo em que fases e alterações se sucedem. Merece reflexão o tratamento diferenciado dispensado por Carvalho aos responsáveis pela criação de periódicos nas províncias: quando se refere aos negociantes, padres, advogados, capitães e governadores fundadores de jornais situacionistas ou “órgãos” dos governos nas diversas províncias, eles são tratados como homens “ilustrados”, “laboriosos,” e “dedicados”; mas, quando se refere aos periódicos que emergiram de movimentos liberais e constitucionais os nomes de seus criadores vem acompanhados de adjetivos como “famigerados”, “virulentos” e “agitadores”.

Elaborada com a intenção de ser uma síntese do desenvolvimento nacional da imprensa e saudada por Max Fleiuss como obra “erudita e notável prefacção aos catálogos parciais”, a memória organizada por Carvalho foi “distribuída” durante a Exposição comemorativa do centenário da imprensa e mereceu comentários elogiosos dos colegas jornalistas. Não pode ser menosprezada a promoção dessa memória realizada pelo *Jornal da Exposição*, dirigido por Olavo Bilac e elaborado “aos olhos do público” em uma oficina montada no pavilhão da imprensa no interior da Exposição

Nacional. Publicado ao longo dos meses de setembro e outubro de 1908, “além de larga circulação que tem no recinto, [o *Jornal da Exposição* foi] distribuído todas as tardes nos pontos mais concorridos da cidade e enviado diariamente para todos os Estados”.

Além disso, o *Jornal da Exposição* municiou os diários com notícias frescas também sobre os ‘eventos’ promovidos pelo IHGB, destacando os nomes dos realizadores e conferencistas – dentre os quais estavam “Affonso Celso (presidente da comissão organizadora), Xavier da Silveira, Augusto de Lima, Pedro Lessa, Vieira Fazenda, Viveiros de Castro, Alfredo de Carvalho, barão de Studart e Romário Martins” – escolhidos para falar sobre a “função da imprensa nos diversos ramos de sua atividade”.¹⁴ Observe-se que todos os intelectuais destacados pelo IHGB para proferir conferências sobre imprensa eram membros de Institutos Históricos e encarregados de elaborar memórias parciais para as comemorações do centenário e, com exceção de Romário Martins, faziam parte da comissão organizadora dos festejos. A maioria deles usufruiu de cargos públicos e exerceu mandatos eletivos, além de serem também jornalistas, com atuação em jornais e revistas cariocas e em seus estados de origem.

Fazendo o caminho de volta, o *Jornal da Exposição* repercutia, número após número, as notas elogiosas de jornalistas e proprietários dos grandes jornais sobre a exposição da imprensa, sobre os organizadores e expositores e, principalmente, sobre as “glórias e as (...) tradições” do “jornalismo brasileiro” e dos “nossos homens de imprensa” como “Evaristo [Ferreira da Veiga] e Hypolito [da Costa]” aos quais o redator-chefe do *Jornal do Comércio* propôs que fossem erguidos “merecidos monumentos”.¹⁵

Uma avaliação da origem familiar e das trajetórias acadêmica e política de 21 homens arrolados como dirigentes de cinco jornais cariocas daqueles anos permitiu a Marialva Barbosa identificar suas relações e articulações. De acordo com ela, 50% deles tinham “papel destacado na burocracia oficial ou na política” mas pode-se afirmar que 100% deles mantinham “alguma ingerência junto ao poder, quer através de cargos efetivos, quer como intermediários de negócios”, tanto em empresas privadas quanto no governo brasileiro. Por essas e outras razões, Barbosa afirma que esses diários cariocas constituíam-se como “os donos do Rio” pois eram capazes de “derrubar ministros, promover campanhas, influenciar as elites e disseminar conceitos e formas de pensar entre o restante da população”.¹⁶

Compartilhando uma mesma origem de classe, afinados ou ligados aos grupos dominantes na política e na vida econômica, os proprietários, editores e jornalistas dos cinco maiores diários cariocas assumiam “o papel de divulgador[es] do pensamento desses grupos”.¹⁷ Alguns desses homens – comprometidos também com a produção de uma história nacional no interior de instituições como o IHGB – se auto-atribuíram a tarefa de realizar as primeiras sínteses históricas sobre a imprensa brasileira na qual, não por acaso, predominam os jornais diários e algumas revistas com maior visibilidade graças às grandes tiragens e estruturas empresariais de edição, distribuição e vendas. Para além do caráter celebrativo e do auto-elogio aos jornalistas e à imprensa da qual fazia parte, importa refletir sobre as escolhas realizadas por Alfredo de Carvalho conhecido como “o historiador da imprensa” em função de diversos estudos realizados, desde o século XIX, sobre jornais na Bahia e Pernambuco. Por meio da omissão ou da redução de informações sobre a pequena imprensa de variedades, os jornais de resistência ou os humorísticos, publicados em diferentes estados, a versão da história elaborada por Alfredo de Carvalho reafirma o poderio dos grandes diários, particularmente aqueles editados no Rio de Janeiro, com perfil mais conservador e atrelados ao poder.

Evidentemente, não se trata de esquecimento involuntário mas de escolhas orientadas por suas concepções e posicionamentos frente ao fazer jornalístico e histórico, que nos remetem para a seletividade das memórias preservadas e a necessidade de empreender uma análise crítica sobre os materiais aos quais atribuímos o estatuto de fontes históricas, no passado, e no presente.¹⁸ Significativamente, por ocasião das mobilizações para “resgatar a memória e construir a história da imprensa brasileira” visando ao bicentenário em 2008, seu nome foi escolhido para nomear a Rede constituída em 2001 por universidades, ABI e diversas organizações, em reconhecimento às suas iniciativas para inventariar a grande imprensa brasileira.¹⁹

O silêncio sobre uma intensa produção periódica realizada à margem de estruturas empresariais e do poder político seria mantido em todos esses primeiros estudos e memórias e ajudaram a construir uma história da imprensa brasileira – sempre relatada no singular – mas apresentada como tentativa de abarcar “todos os jornais publicados” ou “a imprensa periódica” brasileira ou carioca. Max Fleiuss, o “secretário perpétuo” do IHGB, é autor de mais uma versão dessa mesma história com “A imprensa no Brasil”,²⁰ elaborado como parte dos “tributos” de “hábeis especialistas” reunidos pelo IHGB para comemorar outro centenário, desta vez o da Independência.

De acordo com a proposta do Dicionário, ele foi composto por monografias sintéticas dedicadas a assuntos específicos e deveria ser elaborado com base em “questionários e modelos (...) largamente distribuídos pelos estados da República aos governadores, prefeitos ou intendentes de municípios, juízes de direito, promotores públicos, autoridades de terra e mar, bispos diocesanos, vigários de freguesias e mais pessoas notáveis do país”.²¹ No capítulo sobre a imprensa, Max Fleiuss lamenta que “apesar dos esforços expendidos, se ressenteste este trabalho, *maximé* na parte referente à imprensa contemporânea, da deficiência de melhores dados e informes estatísticos, que nos deixaram, infelizmente, de ser remetidos”.²²

Propondo-se traçar as linhas gerais do que chamou “surto histórico da evolução e estado da imprensa periódica em todo o Brasil até 1922”, Fleiuss arrolou informações sobre os veículos criados ano após ano, desde 1808, inventariando ‘nascimentos’, ordenando ‘fatos’ e nomeando personagens dignas de constarem nas páginas da sua história. A construção de uma narrativa linear – iniciando com a ‘pré-história’ da imprensa durante a censura e restrições ao pensamento; seguida dos primeiros periódicos ‘oficiais’; destacando o papel da imprensa em ‘prol da independência; até culminar com a profusão de periódicos no presente – associada aos adjetivos e ênfases, dá a essa história um caráter evolutivo e de contínua associação entre imprensa e interesses nacionais. Misturando informações reproduzidas de outras fontes (discursos no IHGB, transcrição de trechos dos próprios jornais), com prováveis comentários e avaliações de memória, Fleiuss vai reunindo informações como periodicidade, assuntos recorrentes, custo de assinaturas, colaboradores e as ‘contribuições’ de alguns jornais e revistas, construindo um lugar diferenciado para estes, enquanto que a maioria figura apenas por meio dos seus títulos. Desvinculando os meios de comunicação inventariados das relações sociais que os tornaram possíveis, a interpretação da história feita pelo jornalista e historiador Fleiuss, associa o surgimento da imprensa à defesa da “liberdade individual” e, posteriormente, às lutas pela soberania nacional.

Ao mesmo tempo que fixaram as linhas de interpretação do que teria sido até então a ‘história da imprensa brasileira’, esses primeiros pesquisadores da imprensa iriam também influir na definição de critérios para a reunião de exemplares e a constituição de coleções no interior das instituições nas quais trabalhavam ou participavam. Muitos dos estudiosos da imprensa eram também bibliófilos, hemerógrafos ou colecionadores que se dedicavam a reunir títulos e documentos, sistematizar referências documentais em ensaios e catálogos que, posteriormente,

orientariam a constituição e organização de acervos em instituições como IHGB e Biblioteca Nacional. Marcada por um caráter elitizante e excludente essa história da imprensa preserva apenas a memória dos grupos sociais dirigentes, dos seus meios de expressão e formação da opinião – a chamada grande imprensa – os símbolos da sua cultura e da sua intervenção social – sempre apresentados como universais, consensuais e verdadeiros, expropriando a maioria da população de sua memória e história. Desmontar essa aparência de verdade requer desvendar os processos e meios de produção da memória dominante “em seu duplo movimento de produção de visibilidade e ocultação” (de momentos, projetos e sujeitos sociais) para “vislumbrar conflitos tensões, articulações entre memórias hegemônicas e alternativas produzidas na vida cotidiana”.²³

Essas omissões sistematicamente reproduzidas pelos estudos sobre o periodismo no Brasil foram quebradas, em 1941, pelo jornalista Gondim da Fonseca com a sua “Biografia do jornalismo carioca”.²⁴ No prefácio, o jornalista faz uma avaliação mordaz sobre os trabalhos realizados até então, indicando suas limitações, equívocos ou ‘trapalhadas’ afirmando que esses problemas se mantinham porque anos após anos uns teriam copiado os outros, sem se dedicar à pesquisa ou checar informações. De acordo com Gondim, alguns desses trabalhos não valiam sequer como ponto de partida porque os dados eram superficiais ou desconhecidos e indica como única exceção o ‘excelente’ catálogo organizado por Alfredo do Vale Cabral, um funcionário da Biblioteca Nacional, para a Exposição de História do Brasil em 1881. Gondim afirma que a sua própria listagem apesar de ser “a mais completa que até hoje se organizou” ainda assim tinha falhas, mas teria o mérito de não ser copiada de ninguém e pede aos “eruditos de meia pataca” “a fineza de esperarem que se esgote a presente edição” para poder copiá-la, ameaçando-os com ação judicial. Depois, poderiam reeditá-la com “as modificações que entenderem, dizendo-a obra de vossas mecês”.

Ao discorrer sobre o método que adotou em seu trabalho, Gondim da Fonseca afirma que leu todos os estudos existentes e depois rumou “como um condenado” para a Biblioteca Nacional, tirou o paletó, arregaçou as mangas da camisa e retirou “as gavetas do fichário de jornais e revistas e meti os peitos! Copiei uma por uma, todas as fichas da Biblioteca.” Concluída esta etapa, procurou por um velho funcionário da instituição, o Sr. Antonio José de Freitas “grande conhecedor de livros e jornais”, que o aconselhou a pesquisar na seção de manuscritos onde encontrou uma “Relação dos

jornais brasileiros publicados de 1808 a 1889” que, apesar do título, incluía publicações até 1898, mas apenas os nomes dos periódicos em ordem alfabética.

Gondim afirma ter consultado milhares de jornais para se “certificar de um título, uma data, um pormenor” mas não pretendeu fazer nada mais que uma simples lista, ainda que “de onde em onde” indique “umas datas, uns colaboradores”. Espiciando novamente as pretensões de trabalhos dessa natureza, afirma que quis fazer “uma simples lista” “sem arrotos pesados de erudição”; era um “trabalho de caixeiro de livraria, escrito nessa linguagem de mesa de botequim que é e sempre foi a minha”. Além dos procedimentos que adotou para elaborar a relação, Gondim explica que omitiu “os nomes de vários Boletins publicados no Rio”, com exceção “de meia dúzia” que embora tivessem esse nome podiam “considerar-se revistas”. Ele nos ajuda a compreender tanto os critérios para inclusão da maioria dos periódicos quanto aqueles que, nas palavras dele, “deixei no tinteiro.”

Pela primeira vez não ficaram ‘no tinteiro’ as inúmeras publicações criadas e mantidas por associações de trabalhadores de múltiplos ofícios, de partidos políticos, clubes e organizações culturais e até mesmo as centenas de jornais e revistas editados nos subúrbios cariocas desde meados do século XIX. Parte destes periódicos mereceu comentários, avaliações, e informações sobre duração, periodicidade, editores e proprietários, motivações políticas, nomes das tipografias onde eram impressos, o número de exemplares existentes na Biblioteca Nacional, etc.

As informações de Gondim da Fonseca sobre seu método de trabalho – levantamento a partir dos fichários e coleções existentes na Biblioteca Nacional; consulta dos exemplares e confrontação das informações – permite avaliar não apenas os seus procedimentos como nos alerta para os modos como trabalharam os autores de obras hoje consideradas referências obrigatórias para o estudo da imprensa brasileira. Mais do que apontar os esquecimentos, omissões ou lacunas nos estudos anteriores sobre a história da imprensa, interessa indagar sobre as motivações para isso e os resultados produzidos. O que eles revelam sobre os critérios políticos que pautam o lembrar e esquecer em nossa sociedade? Em que medida essas omissões expressam não só uma resistência em reconhecer que outros sujeitos e forças sociais disputavam o campo da imprensa e constituíam-se como ‘sujeitos de sua própria história’?

Não é possível justificar essa amnésia em função da invisibilidade das redações e tipografias dessa imprensa miúda na cidade porque um número significativo de jornais e/ou sedes sociais de sociedade mantidos por trabalhadores,

localizava-se no centro da cidade: na Rua da Alfândega, 194, estavam *O Panificador* e a sede social da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria; na Gonçalves Dias n° 76, estavam estabelecidos o jornal *União Caixeiral* e a Sociedade Protetora e Instrutiva União dos Caixeiros (aliás, onde permanece ainda hoje); na Praça Tiradentes, 71 ficavam *O Marmorista* e o Centro dos Operários Marmoristas; na Rua do Hospício n. 166, funcionava *O Baluarte* Órgão dos Operários Chapeleiros; e na Rua da Constituição 12 (sobrado - 2° andar), redação e administração da *Voz do Povo*, Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Alguns, inclusive, nas imediações dos endereços dos cinco jornais diários mais poderosos da cidade ao longo das duas primeiras décadas do século XX: o *Jornal do Comércio* (R. do Ouvidor, 93 e Av. Central), *O Paiz* (R. do Ouvidor, 63; Av. Central, 128-132 esq. com R. 7 de setembro), o *Jornal do Brasil* (na Gonçalves Dias, 54-56 e depois na Av. Central, 110-112), a *Gazeta de Notícias* (R. do Ouvidor, n. 70; R. 7 de setembro, 72) e o *Correio da Manhã* (R. do Ouvidor, n. 162).

Por outro lado, o número bastante expressivo de jornais, revistas e almanaques criados anualmente no Rio de Janeiro e editados por uma diversidade de grupos, em redações e tipografias próprias ou alugadas, ainda hoje não inventariado completamente, atesta que a imprensa se disseminou por uma multiplicidade de ambientes sociais. Ainda que a maioria deles tenha sido efêmera e com tiragens reduzidas, alguns duraram anos, outros possuíam tiragens bem expressivas e construíram redes amplas de circulação e expressaram opiniões, projetos e expectativas de um número considerável de moradores da cidade. Portanto, as explicações para as omissões e silêncios sobre esta imprensa pequena, popular ou alternativa, precisam ser buscadas nas mesmas razões para o silêncio ostensivo de parcelas do jornalismo carioca contemporâneo a essas centenas de jornais. As páginas dos jornais de trabalhadores estão cheias de avaliações sobre as razões desse “mutismo [da grande imprensa] a nosso respeito”:

“Apesar de toda a nossa boa vontade e diligência, remetendo o primeiro número d’O Graphico a todos os órgãos da grande imprensa da Capital Federal, não tivemos a honra de (ilegível), nem mesmo no simplificador e sumário recebemos e agradecemos com os dois pontinhos da pragmática. Isso, para quaisquer outros indivíduos que tivessem a petulância de fazer um jornal, provocaria um formidável desapontamento. Para nós não. (...) vivemos da própria imprensa, sabemos de sobra o que ela é e mesmo o que não é (...) porque estando em causa um jornal operário,

já o esperávamos realmente. (...) Quanto ao Graphico, que é como órgão de franqueza e de verdade sem rebuços, irá vivendo, irá fazendo pela vida, com as notícias ou mesmo sem elas, da grande imprensa, para cujo surto brilhante, entretanto, concorrem diariamente muitos daqueles que a sustentam, amparam e sabem que ele existe e está no seu 2º número. Agradecemos ainda assim.”²⁵

Como se vê, estávamos (e ainda estamos) muito longe do reconhecimento do direito de trabalhadores criarem seus próprios lugares e instrumentos de ação e representação e da constituição de um espaço público ampliado e democrático por meio da imprensa. E não foram poucos os meios usados para tentar reduzir trabalhadores ou à condição de “um povo imaturo, sem integração entre si e com o resto da sociedade, sem vocação para a universalidade e incapaz de solidariedade e de ação coletiva”, ou associados ao “*perigo* (...) quando, em seu protesto, formam a “ralé” e a “população” sem raízes culturais onde ancorar alguma legitimidade”.²⁶ Quando eles ousaram se apropriar de códigos e linguagens de uso socialmente restrito para editar jornais e revistas, foram ignorados ou desqualificados com termos como ‘pasquins’, ‘jornaizinhos’ ou ‘jornalecos’ “virulentos e violentos” ou a ‘sub-literatura’ subversiva. A linguagem pesada usada para descrever a imprensa produzida fora dos círculos restritos do poder ou dos letrados, evidencia tensões e reações às iniciativas populares para constituir espaços autônomos de crítica, para desafiar consensos e buscar construir, por meio da imprensa, a legitimidade para suas ações e interesses.

O que convém enfatizar é que os ensaios históricos analisados, como qualquer outro testemunho, não são neutros e objetivos, carregam as marcas do lugar social onde foram produzidos, das disputas que enfrentaram e nas quais intervieram e das alianças que teceram dentro e fora da imprensa. Transformados em documentos que supostamente fariam por si mesmos, cuja historicidade não precisaríamos reconhecer para entender quais relações sociais expressam, e nem indagar sobre os seus compromissos políticos e interesses, esses estudos seguem produzindo uma história de mão única, silenciando sobre outros sujeitos e modos de fazer imprensa que permitiriam reconhecer a existência de tensões e embates no difícil percurso de construção da democracia no Brasil.

Utilizadas como obras de referência que não precisariam ser submetidas à crítica histórica, não só orientaram os passos de outros estudiosos como estabeleceram periodizações – fixando fases e momentos de ‘evolução’ –, definiram

os protagonistas dessa história e ajudaram a organizar uma memória que ainda é capaz de reelaborar mitos e operar exclusões na história. Apesar do número significativo e da pluralidade dessa imprensa formada pelas “publicações de circulação reduzida e de pequenos recursos materiais”, nas quais se podia “escrever com inteira liberdade” e “exteriorizar o pensamento” e a opinião da “classe dominada”²⁷ ela ainda permanece ignorada pela maioria dos pesquisadores.

Inventariar, descrever e catalogar: uma reflexão sobre práticas que constituem memórias

Retomando as questões formuladas no início deste texto, proponho refletir sobre como nós pesquisadores realizamos a crítica dos caminhos através dos quais se deu a institucionalização dessa memória dominante, para desvendar “os processos e meios de produção da memória dominante em seu duplo movimento de produção de visibilidade e ocultação” no interior de instituições de pesquisa. Averiguar em que medida os estudos e ensaios analisados adquiriram valor como ‘obras de referência’ para a história da imprensa brasileira, e fornecem ainda hoje os indicadores ou parâmetros para o mapeamento das memórias e histórias produzidas por meio da imprensa. Na mesma direção, cabe uma reflexão sobre como lidamos com suas omissões e seleções quando de sua utilização para estabelecer diretrizes e orientações para o trabalho de avaliação, descrição e organização de acervos de periódicos, sob a guarda de diferentes instituições de pesquisa.

Com certeza, muitos esforços foram e continuam sendo empreendidos desde o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos, implementado pela Biblioteca Nacional a partir de 1978 para preservar coleções históricas de jornais e revistas dispersas em inúmeras instituições de pesquisa em todo o país. Graças a iniciativas como essa foi possível, ao longo de décadas, reunir e resgatar grande parte da produção hemerográfica do país, disponibilizar para consulta coleções de jornais por meio de microfimes, tornando acessível o que antes estava disperso e correndo riscos de desaparecer. Mas a questão é: se avançamos significativamente na ampliação dos registros da imprensa preservados eles são suficientes para garantir a diversidade de memórias e versões socialmente representativas? Em que medida refletimos criticamente sobre as hierarquias, elaboradas ao longo de séculos, para classificar os

diferentes suportes de memórias, tipos de registro e linguagens sociais com os quais lidamos em nossa experiência profissional?

É importante considerar que a preservação dos registros – portanto, da possibilidade de tornar acessível as memórias sociais – é assimétrica e reproduz as desigualdades e preconceitos vividos pelos sujeitos produtores daqueles registros/testemunhos. Nesse sentido, não é necessário argumentar sobre a necessidade de preservar os grandes jornais diários ou as revistas semanais hegemônicos em nossa realidade; mas sem dúvida há controvérsia se os materiais produzidos por movimentos sociais e populares, em suas ações cotidianas ou lutas sociais, merecem estar abrigados no interior de instituições de preservação da memória nacional.

Em relação à imprensa produzida por grupos sociais não hegemônicos no Rio de Janeiro, sua força e diversidade podem ser observados ainda hoje nas coleções existentes nas instituições de pesquisa, apesar das perdas, lacunas e dispersão, constituindo evidências que podem interrogar os silêncios construídos pelos estudos analisados. Porém, se para muitos daqueles contemporâneos esses jornais não passavam de ‘agitadores da opinião pública’ – justificando sua apreensão, queima ou descarte –, também para alguns pesquisadores de hoje eles ainda não recebem o estatuto de imprensa e não merecem ser incluídos em pesquisas e catálogos sobre a imprensa brasileira e nem constituem prioridade nas políticas de preservação. Não seria essa uma das razões pelas quais alguns veículos como o *Correio Braziliense* (1808-1822), por exemplo, mereceram inventário detalhado, publicação de índices dos assuntos tratados e nomes citados, enquanto a grande maioria dos títulos da chamada “pequena imprensa” ainda aguarda organização, inventário e catalogação?

Considerando que todas as atividades relativas à preservação do que chamamos patrimônio envolve seleção, triagem, descarte e outros atos de avaliação e seleção de documentos/memórias, estamos falando de práticas que não só ‘tratam’ uma memória pré-existente mas que a nossa atividade profissional – em arquivos, bibliotecas e salas de aula – também constitui memórias, organiza e dá sentido a elas. Sem dúvida que a atuação dos profissionais no interior das instituições como bibliotecas, arquivos e centros de documentação é embasado em pressupostos teóricos sobre memória e patrimônio, mas o que proponho refletir é em que medida estamos abertos à reflexão sobre as implicações políticas inerentes aos nossos ofícios. Ou seja, como as nossas concepções sobre o que é ou não histórico, por exemplo, orientam e sustentam a elaboração de critérios que definem prioridades na

preservação, inventário e disponibilização de referências nas instituições de pesquisa. Mas “na medida em que o trabalho com a história – seja na área de preservação, na constituição de acervos documentais ou na produção de um conhecimento histórico – é considerado apenas uma ação técnica e teórica desvinculada das relações sociais que o sustentam e explicam, o debate pode ser circunscrito apenas em torno de métodos e técnicas de intervenção, dos critérios de identificação e preservação ou dos conceitos com os quais trabalhamos.”²⁸

No entanto, inventariar é o procedimento básico para identificar e definir o valor de um documento, qualquer que seja sua natureza ou suporte material. No caso de acervos de imprensa, o inventário propõe um reconhecimento de cada título, um levantamento de suas características gerais e particularidades (periodicidade, ano de fundação, proprietário, editores, tipografia, endereços de redação e impressão), informações sobre as datas-limite (o período abarcado pela coleção; número de exemplares e os meses existentes no acervo), estado de conservação, além da descrição sumária dos conteúdos dos periódicos. Mesmo embasados em procedimentos técnicos, estes são atos avaliativos nos quais algum grau de subjetividade e juízos de valor estão presentes desde essa primeira etapa de reconhecimento e permanecem nos procedimentos seguintes destinados a classificar os documentos e definir critérios para sua preservação e arranjo. Não se trata é certo de buscar valores inerentes ou intrínsecos ao próprio documento,²⁹ razão pela qual precisaríamos indagar sobre os processos sociais de produção de sua legitimidade, do reconhecimento social que adquirem ou não e do estatuto de veracidade atribuídos a determinados documentos e negados a outros.

Compreender a memória como propõe Samuel, como força ativa no presente e em permanente disputa em torno da produção de apropriações, seleções, interpretações e construção de sentidos para o passado, pressupõe deslocar nossa atenção dos ‘lugares de memória’ para buscar os movimentos – de afirmação e contenção, de lembrança e de esquecimento – por meio dos quais a memória é produzida. Nesse sentido, não precisaríamos atentar para a ação centrífuga que também nós realizamos ao tratar diferentes suportes de memórias? Apegados a uma formação que apregoa uma suposta isenção e objetividade à atuação técnica não estamos relegando a segundo plano as relações entre memória e poder e o papel desempenhado pelas instituições de preservação nesse (des)equilíbrio entre memórias hegemônicas e alternativas e/ou dissidentes?

Em geral, as políticas de preservação se orientam, entre outros critérios, por demandas de consultas e solicitações de acesso por parte de pesquisadores, pela valorização e o reconhecimento do interesse e significado social dos documentos. São eles que justificam internamente a alocação de funcionários para o tratamento técnico do acervo e, externamente, a obtenção de apoios e patrocínios financeiros para bancar custos de organização, restauro e divulgação. Da mesma forma, a digitalização (assim como os serviços de microfilmagem) das obras nos acervos seguem critérios semelhantes considerando “a raridade, o tema e a procura (relevância) pelos usuários”³⁰ o que explica que apenas 36 jornais – num universo de cerca de 60 mil títulos de periódicos – existentes na Biblioteca Nacional tenham sido classificados como raros, merecendo até agora a digitalização e inclusão no acervo da Biblioteca Digital. A demanda por parte de pesquisadores, ou a falta dela, é a explicação também para o fato de que muitos dos pequenos periódicos – apesar de editados no século XIX e do estado avançado de deterioração – não sejam incluídos entre as prioridades para a duplicação de microfimes para consulta e continuem inacessíveis para a pesquisa.

É preciso considerar que a Biblioteca Nacional tem um papel fundamental na configuração do que se compreende como “a memória nacional” ou “o patrimônio intelectual” brasileiro já que cabe a ela, desde 1907, ser a guardiã de todas as publicações impressas no país, ao mesmo tempo que ela foi reunindo acervos arquivísticos significativos, por compra e doações. Portanto, não cabe uma reflexão sobre o que consideramos uma “raridade” ou “relevante” ao definir uma política de preservação e divulgação do patrimônio cultural em geral, e da memória da imprensa, em particular? Sem dúvida, que a resposta passa por enfrentar a dimensão política das tarefas técnicas em torno da preservação da memória, porque o poder de decidir sobre o que será ou não preservado ou disponibilizado digitalmente “isolada em sua dimensão técnica, pode consolidar o abismo elitista entre a apropriação comunitária dos conteúdos culturais e a enorme oferta propiciada pelo mercado do digital”.³¹ Portanto, o acesso à determinadas experiências históricas não depende apenas da existência de registros e da possibilidade de acesso a eles mas, fundamentalmente, da legitimidade e estatuto que esses testemunhos adquirem, ou não, como suportes de memórias.

Uma outra reflexão necessária é o uso que fazemos dos catálogos organizados – seguindo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos – pelas instituições de pesquisa e fundamentais para orientar ou guiar os pesquisadores, em

meio aos inúmeros fundos, coleções e a diversidade de materiais existentes nos acervos. Nesse sentido, na esteira do silêncio ostensivo sobre a ação e disseminação de periódicos populares, produzido por estudiosos da imprensa desde os primeiros anos do século XX, arquivos e centros de preservação da memória nacional também podem contribuir para tornar ainda menos audível – e visível – o que sobrou dessa memória popular, alternativa e dissidente. Os modos como essas coleções foram formadas – através de doações de colecionadores, compra de espólios, arremates em leilões – e o tempo em que permaneceram sem um tratamento sistemático, deixaram marcas na organização das coleções e na definição dos termos que organizam a busca de periódicos em diferentes bases.

Do mesmo modo que as sínteses históricas analisadas, as primeiras formas de organização dos periódicos contaram apenas com anotações manuscritas em fichas organizadas em ordem alfabética de títulos com alguns poucos dados sobre redatores, periodicidade, tamanho, e o número de exemplares e anos existentes no acervo das instituições. Em geral, a organização de instrumentos de busca para a democratização do acesso à memória popular tem sido negligenciados pelos pesquisadores e gestores desses acervos. Enquanto os exemplares da imprensa diária ou das revistas semanais e ilustradas socialmente mais valorizados estão reunidos compondo coleções que podem ser localizadas por indexadores mais amplos – ‘grande imprensa’, ‘jornais diários’, ‘revistas ilustradas’ ou diretamente pelos seus títulos, as referências sobre a imprensa popular são diluídas em muitos descritores: ‘imprensa de bairro’, ‘imprensa operária’, ‘imprensa trabalhista’, ‘imprensa carnavalesca’, ‘imprensa humorística’, ‘imprensa alternativa’, ‘imprensa de imigrantes’, ‘imprensa sindical’, entre outros, contribuindo para dispersar, ainda mais, as informações sobre os lugares sociais de produção de um rico universo de publicações periódicas. Nesse sentido, a produção de catálogos, guias e obras de referência que se propõem facilitar o acesso e consulta dos pesquisadores ao universo complexo das coleções e fundos existentes nas dependências das instituições, também podem criar (ou reproduzir) hierarquias, classificações, ordens, entre as memórias que reforçam invisibilidades e dificultam o acesso a muitas experiências.

Outra dificuldade é orientar a busca pelos assuntos/conteúdos atribuídos a imprensa popular, seja pela amplitude dos mesmos – que pouco ajudam no reconhecimento da natureza ou perfil editorial – seja porque, em geral, foram adotados a partir da tentativa de enquadrá-los em descritores que reportam aos grandes temas e períodos da ‘história do Brasil’. Por outro lado, como a organização de coleções de

periódicos populares nem sempre pode ser orientada pelos mesmos critérios e padrões estabelecidos para outros conjuntos documentais – tais como sua tipologia, finalidade ou proveniência de entidades que os editavam –, é difícil para os pesquisadores estabelecer aproximações entre publicações com intenções e perfis editoriais semelhantes, mas dispersas em fundos e espaços físicos distintos. Como os periódicos editados por associações e outras organizações criadas e mantidas por populares em geral não tinham perenidade ou não eram socialmente reconhecidos e valorizados, muitas vezes os campos sobre a atribuição de autoria permanecem em branco nas fichas de identificação, dificultando a descoberta de outras publicações ou o avanço em termos da necessária contextualização histórica dos impressos analisados.

A inexistência de pesquisas sobre as características comuns a esses periódicos impede a organização de referências que sinalizem ao pesquisador a existência de pontos de identificação entre os materiais consultados e, a partir deles, reconstituir experiências similares com a imprensa, muitas vezes amplamente compartilhadas, que permita a compreensão de tradições comuns entre grupos populares diversos. Muitas vezes, registros produzidos por um mesmo movimento social ou entidade representativa de uma categoria profissional, bairro ou organização cultural, estão fisicamente dispersos em seções diferentes, dificultando o acesso, diluindo sua presença, tornando-os invisíveis e até mesmo impedindo a compreensão de que formam um patrimônio comum.

Quando, a partir dos anos 1990 foram estruturadas as bases de dados informatizados sobre esses acervos os mesmos descritores e sistema de busca foram mantidos preservando, portanto, as mesmas classificações e arranjos instituídos e consolidados. No entanto, em que medida critérios como “excepcionalidade” ou “relevância” que orientam o tratamento técnico e a preservação de acervos – e a seleção e consulta por parte de pesquisadores – são juízos de valor que, no caso da imprensa, não podem ser dissociados de sua força aglutinadora de projetos sociais hegemônicos, como formadora de consensos, como espaço de intervenção social?

Erigida como parâmetro para avaliar todas as demais formas de imprensa, essa memória impõe critérios e formas de preservação que tem se mostrado hostil a outras interpretações sobre o passado. Ao constatar essa realidade, em vez de problematizar os (des)caminhos e critérios da preservação da memória social em nossa sociedade, os pesquisadores muitas vezes chegam à conclusão de que essa imprensa era socialmente irrelevante e nada tem a nos dizer sobre intenções, projetos

e reivindicações dos sujeitos responsáveis por sua edição. Desse modo, “afasta-se o sentido da história do da memória social ou, em outros termos, aposta-se que não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada”.³²

Problematizando uma noção de memória social como mero acúmulo de sobrevivências do passado, ainda é preciso lembrar que aquilo que consideramos documentos, monumentos ou testemunhos históricos não constituem a totalidade dos vestígios produzidos por homens e mulheres em suas experiências e vivências em cada época. Ao contrário, os critérios definidores daquilo que em cada tempo e lugar constitui o patrimônio cultural e a memória comum, é resultado de escolhas realizadas tanto pelos profissionais – historiadores, arquivistas, museólogos – quanto pelas forças sociais em disputa na sociedade, inclusive a imprensa. Portanto, as diversas modalidades do que consideramos os registros da memória social, a partir dos quais é possível elaborar uma consciência histórica, resultam de ações técnicas concretas no interior de diferentes instituições que selecionam, recusam, destroem, preservam, organizam e descrevem registros e, também, de concepções e práticas políticas que socialmente disputam a definição do que é legítimo e necessário preservar. Ao levantar estas questões minha intenção é contribuir para que no trabalho de levantamento da imprensa estejamos atentos às ações por meio das quais eles ‘sobreviveram’, foram preservados, organizados, descritos e ganham (ou não) visibilidade no interior das instituições para questionar uma memória que, ao nosso olhar contemporâneo, surge desarticulada e frágil.

Reconhecendo que a memória é um campo de luta política, no qual esforços por lembrar e esquecer estão em disputa, e onde diferentes verdades procuram se afirmar, que a história se constrói e institucionaliza por meio da legitimidade de algumas memórias e a desqualificação ou apagamento de outras, acredito que é necessário ampliar o debate e o nosso entendimento sobre noções como memória, patrimônio e história para incorporar a pluralidade de experiências de sujeitos históricos que até hoje ainda estão à margem das instituições de preservação, de modo a estabelecer uma relação mais democrática com as diferenças do passado e do presente.³³

Recebido para publicação em outubro de 2009.

Aprovado para publicação em dezembro de 2009.

Notas

* As reflexões desenvolvidas neste texto problematizam a busca, no interior de diversas instituições de pesquisa no Rio de Janeiro, de indícios para recompor uma rede de comunicação social popular criada na cidade, a partir de meados do século XIX. O projeto de pesquisa conta com apoio de bolsas de iniciação científica do CNPq e Faperj e a participação dos alunos Luara dos Santos e Vinícius de Moraes, a quem agradeço o auxílio na pesquisa.

¹ SAMUEL, Raphael. “Teatros de memória”. *Projeto História*, 14, São Paulo, Educ, fev. 1997, p.44.

² Grupo Memória Popular. “Memória popular: teoria, política, método”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun.(Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d’Água, 2004, p. 287.

³ *Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*. Projeto PROCAD/CAPES, PUC/SP, 2000, mimeo, p. 9.

⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Apresentação”. *O direito à memória. Patrimônio Histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p. 6.

⁵ AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. “Origens e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 28, 1865, p. 69. Para uma avaliação sobre o significado dessa greve e do *Jornal dos Tipógrafos*, ver: VITORINO, Artur José Renda. “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro”. Campinas, *Cadernos AEL*, v.6, n.10/11, 1999, pp. 71-106.

⁶ Os escolhidos para a preparação dos catálogos nos Estados foram: João Batista de Faria e Souza, Amazonas; Dr. Manoel de Mello e Cardoso Barata, Pará; Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, Maranhão; Dr. Abdias Neves, Piauí; Dr. Barão de Studart, Ceará; Dr. Luiz Fernandes, Rio Grande do Norte; Dr. Diogenes Caldas, Paraíba; Dr. Alfredo Ferreira de Carvalho, Pernambuco e Bahia; Dr. Manoel Balthazar Pereira Diégues, Alagoas; Desembargador Armindo Guaraná, Sergipe; Dr. José Vieira Fazenda, Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro; Dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, S. Paulo; Coronel Alfredo Romario Martins, Paraná; 1º Tenente Lucas Arthur Boiteux, Santa Catarina; Dr. Victor Silva, Rio Grande do Sul; Dr. Antonio Augusto de Lima, Minas Gerais, tendo por auxiliar o Sr. Lafayette Caetano da Silva; Bernardo Horta, Espírito Santo; Dr. Joaquim Xavier Guimarães Natal, Goiás; Dr. Estevão de Mendonça, Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, op. cit., p. 9.

⁷ Para uma reflexão crítica sobre as comemorações do bicentenário da imprensa em 2008, ver: CRUZ, Heloisa de Faria. “No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa”. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n.39, jul-dez. 2008, pp.11-36; e LIMA, Venício A. de. “Imprensa brasileira, 200 anos: história de continuidade e de ruptura”. *Observatório da Imprensa*, 3 de junho de 2008.

⁸ FREITAS, Norival Soares de. “Exposição do centenário da imprensa periódica no Brasil”. Artigo publicado no *Jornal do Commercio*, de 29 de Agosto de 1908 e transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, promovida pelo mesmo Instituto. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, Parte I, pp. 77-84. O autor era advogado, jornalista, político e sócio do IHGB e foi seu tesoureiro.

⁹ Discurso proferido pelo Conde de Affonso Celso [presidente do IHGB] na cerimônia de encerramento da Exposição, em 30 de Setembro de 1908. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, op. cit., pp.87-9.

¹⁰ FLEIUSS, Max. “Prefácio”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, op. cit., p. XIII.

¹¹ CARVALHO, Alfredo de. "Gênese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, op. cit., pp. 25-26. Alfredo de Carvalho (1870-1916), pesquisador pernambucano, era engenheiro, jornalista, colaborador de diversos jornais de Recife e Rio de Janeiro e sócio de várias instituições literárias e de história, dentre as quais o IHGB. Cf. GASPARD, Lúcia. "Alfredo de Carvalho. Pesquisa Escolar On-Line", Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. Último Acesso em: 30 de setembro de 2009. Para mais informações, ver: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/rede.htm>

¹² DINES, Alberto. "Calendário corrigido". Editorial do programa *Observatório da Imprensa na TV*, nº 104, 30/5/2000. "Imprensa comemora sua data com debate sobre novas mídias". *O Estado de S. Paulo*, 2/6/2000.

¹³ "Sai a Gazeta, entra o Correio - Homenagem troca um jornal do governo por um jornal vendido ao governo". Texto do Instituto Gutenberg na revista *Jornal dos Jornais*, nº 8, Novembro de 1999. *Boletim*, nº 29, Série eletrônica, Novembro-Dezembro, 1999.

¹⁴ "Exposição da Imprensa". *Jornal da Exposição*. Rio de Janeiro, n. 2, 7 de Setembro de 1908, p. 2.

¹⁵ Felix Pacheco. "O Jornalismo Brasileiro". *Jornal da Exposição*, n. 16 de 21 de setembro de 1908, p. 2. O autor deste artigo, originalmente publicado no *Jornal do Comércio*, era redator-chefe desse jornal desde 1906, seria seu acionista a partir de 1916 e proprietário após 1926. Ao mesmo tempo que dirigia o *Jornal do Comércio*, ocupou cargos de diretor do Gabinete de Identificação e foi membro da Comissão de Recenseamento do DF. Foi também poeta, jornalista, acadêmico, deputado federal e senador (1921), ministro (1923-6) e colaborador de diversos jornais e revistas cariocas. Cf. BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro, Vício da Leitura, 2000, pp.71-72 e SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, 4ª. edição.

¹⁶ BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*, op. cit., p. 66 e 72. Ver, especialmente, o item "Os dirigentes", pp. 66-73.

¹⁷ BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*, op. cit., p. 69-70.

¹⁸ Para uma reflexão sobre os procedimentos teórico-metodológicos para o tratamento da imprensa como fonte de pesquisa em história social, ver: CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa". *Projeto História*, 35, São Paulo, Educ, dez. 2007, pp. 255-272.

¹⁹ Uma das propostas da Rede Alcar foi aprimorar e atualizar a metodologia do inventário realizado por Alfredo de Carvalho, visando a "completar as lacunas deixadas pela equipe de 1908, além de fazê-lo avançar até 2008. Mais do que isso: pretende-se realizar a interpretação dos dados acumulados, construindo indicadores capazes de balizar o trabalho dos historiadores e dos cientistas da comunicação." Para mais informações, ver: MELO, José Marques de. "Preservando a memória e construindo a história dos 200 anos da imprensa no Brasil". Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/rede.htm>. Último acesso: 30 de setembro de 2009.

²⁰ FLEIUSS, Max. "A imprensa no Brasil". In: *Diccionario Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, vol. 1, pp. 1550-1585. Jornalista, escritor, historiador, Max Fleiuss (1868/1943) foi também redator de debates do Senado Federal (1896-8), colaborador do *Comércio de São Paulo* e diretor da *Semana* (1893-5), do *Século XX* e da *Renascença* (1904). Doutor Honoris Causa da Universidade de La Plata (1924) e membro das Academias de História de Portugal, Cuba, Munique, Madri e Argentina; das Sociedades de Geografia do Rio de Janeiro (1889) e de Lima (1939) e dos Institutos Históricos de todos os estados brasileiros. Sócio grande-benemérito e secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²¹ GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. "Prefácio". In: *Diccionario Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil*, op. cit., p. VIII. A intenção da consulta, segundo Galvão a todas essas

autoridades visava a “expressar (...) dados seguros e autênticos sobre os acidentes geográficos, etnográficos e históricos da região que lhes era familiar ou que superintendiam”, complementando os documentos existentes no arquivo do próprio IHGB. O autor do prefácio era historiador, educador, médico, sócio do IHGB e membro da Academia Brasileira de Letras. Além disso, dirigiu a Biblioteca Nacional entre 1870 e 1882.

²² FLEIUSS, Max. “A imprensa no Brasil”. In: *Diccionario Histórico, Geographico e Ethographico do Brasil*, op. cit., pp. 929-930. Vale lembrar, no entanto, que na década de 1920 já existia um número significativo de ensaios históricos sobre a imprensa nos estados, alguns deles publicados nas respectivas revistas dos institutos históricos locais, responsáveis por um levantamento significativo de títulos, como por exemplo: FREITAS, Affonso A. de. “A imprensa periódica de São Paulo”. *RIHGSP*, São Paulo, vol. XIX, 1914.

²³ *Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*. Projeto PROCAD/CAPES, PUC/SP, 2000, mimeo, p. 10.

²⁴ FONSECA, Gondim da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)*. Contendo uma relação de todos os jornais e revistas cariocas que surgiram de 1808 a 1908, e um dicionário dos caricaturistas. Rio de Janeiro, Quaresma Editor, 1941. Jornalista, escritor e historiador, Gondim da Fonseca (1899-1977) publicou vários livros, algumas biografias, e manteve na década de 1950 uma coluna diária chamada “Imprensa em revista” na *Folha da Noite* onde fazia a avaliação crítica de jornais e jornalistas de então.

²⁵ “Como Fomos Recebidos”. *O Graphico* - Órgão da Associação Gráfica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1916, Ano I, n. 2.

²⁶ PAOLI, Maria Célia. “Trabalhadores e cidadania: Experiência do mundo público na história do Brasil moderno”. São Paulo, *Estudos Avançados*, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.3, n. 7, set.-dez. 1989, p. 45.

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 323.

²⁸ MACIEL, Laura Antunes. “O direito ao passado: memória e cidadania.” *IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Histórico*. Caderno de resumos do IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Histórico. Itajaí, Editora Maria do Cais, 2006.

²⁹ JARDIM, José Maria. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, Vol 25, número 2, 1995, p. 6. Disponível em: revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/.../439. Último acesso: 30 de setembro de 2009. O autor propõe uma reflexão instigante em torno da avaliação documental e a necessidade de avançarmos coletivamente no debate em torno de concepções e fundamentos políticos de nossas práticas.

³⁰ Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. “Intercâmbio de experiências marca o segundo dia do Vias da Cultura”. <http://www.rnp.br/noticias/2009/not-080509.html>. Último acesso: 25 de setembro de 2009. “Através da criação do site Biblioteca Nacional Digital Brasil, inaugurado em 2007, a FBN (...) dá acesso hoje à mais de 18 mil itens em alta resolução, entre eles 2 mil mapas do século XVI ao XVIII, 46 álbuns com mais de 2.500 fotografias, 8.200 documentos sonoros, 1.100 textos, 36 jornais raros, além de 120 volumes dos Anais da Biblioteca Nacional.”

³¹ SODRÉ, Muniz. “Apresentação ao Projeto Biblioteca Nacional Digital do Brasil”. In: <http://bndigital.bn.br/apresentacao.htm>. Último acesso: 25 de setembro de 2009.

³² PAOLI, Maria Célia. “Memória, história e cidadania: o direito ao passado”, op. cit. p.26.

³³ FENELON, Déa Ribeiro. “Políticas culturais e patrimônio Histórico”. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira, (Org.). *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992, p.29. Este livro reuniu parte do material apresentado e discutido no Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entre 11 e 16 de agosto de 1991.